

BIODIVERSIDADE Ministério do Meio Ambiente deve suspender esta semana acordos de bioprospecção como o da Novartis

Governo vai controlar coleta na Amazônia

THOMAS TRAUMANN
DA REPORTAGEM LOCAL

O governo federal vai centralizar as licenças de pesquisa na Amazônia para controlar os contratos entre institutos brasileiros e multinacionais farmacêuticas. O anúncio será feito esta semana pelo Ministério do Meio Ambiente. Na prática, significa a suspensão das parcerias de biotecnologia em andamento na região.

É uma reação ao acordo de US\$ 4 milhões entre a "organização social" Bioamazônia (criada pelo governo federal) e a multinacional suíça Novartis. O contrato prevê o desenvolvimento de remédios a partir de 10 mil fungos e bactérias da Amazônia. As patentes ficariam em nome da multinacional. É resultado de dois anos de negociação à revelia do governo.






Uma comissão formada por representantes dos ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia e da Justiça será criada para analisar os acordos. Ela terá poderes para cancelar contratos.

Poder público

"A pesquisa sobre os recursos naturais do país não pode ser realizada sem a anuência do poder público", afirmou a secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Helena Allegretti.

O caso da Bioamazônia não é único. O maior contrato da Amé-

OS PRINCIPAIS ACORDOS NO BRASIL

Participantes	 Bioamazônia e Novartis Pharma (Suíça)	 Extracta e GlaxoWellcome (Reino Unido)	 Unip e Instituto Nacional do Câncer (EUA)	 Ibama e Cognis (Holanda)	 Tribo Iauanaua e Aveda (EUA)
Finalidade	Pesquisa genética de 10 mil bactérias e fungos para desenvolver drogas	Desenvolvimento de produtos a partir de 30 mil substâncias	Desenvolvimento de drogas para o tratamento do câncer	Industrialização de perfumes e cosméticos com óleos de plantas	Desenvolvimento de cosméticos com urucum
Valor	US\$ 4 milhões em três anos, fora royalties	US\$ 3,2 milhões em dois anos e meio, fora royalties	US\$ 1 milhão em quatro anos	Não-revelado	US\$ 200 mil em cinco anos
Instituições de pesquisa envolvidas	Inpa, USP, Fundação André Tosello (instituto de pesquisa de São Paulo)	Universidades federais do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Pará (UFPA)	Unip	Nenhuma	Instituto de Tecnologia de Alimentos de Campinas
Pontos polêmicos	O desenvolvimento final dos produtos será feito fora do Brasil	As patentes pertencem à Extracta, que tem 10% de capital estrangeiro	Dúvidas sobre royalties para populações amazônicas	Todo o desenvolvimento científico será feito pela Cognis	Trata-se do primeiro projeto com população indígena

Entenda a polêmica da Bioamazônia

Março/99: Governo federal cria a Bioamazônia para dirigir pesquisas com organismos para fins comerciais na Amazônia. Governo é minoria no Conselho de Administração.

Outubro/99: Ministérios do Meio

Ambiente, da Fazenda e do Planejamento assinam o contrato da Bioamazônia, permitindo firmar contratos com indústrias

Fevereiro/2000: A Bioamazônia cria um fundo de investimentos em biotecnologia no Banco Axial, do

Brasil. O presidente do Conselho de Administração do Axial, Pierre Landolt, é acionista da multinacional suíça Novartis

Abril/2000: O fundo de investimentos da Bioamazônia passa para o A2R, uma cisão do Axial

Maió/2000: A Bioamazônia assina contrato com a Novartis para pesquisar 10 mil bactérias e fungos

Junho/2000: O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, divulga nota condenando o acordo com a Novartis como "ilegal"

rica Latina de exploração industrial de substâncias foi feito em 1999 entre uma empresa com participação estrangeira, a Extracta, e a multinacional Glaxo Wellcome.

Há ainda em andamento na Amazônia outros nove acordos de pesquisas com finalidades industriais, seis licenças de coleta de

plantas e microorganismos dadas pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e uma rede estimada em centenas de investigações monitoradas por universidades brasileiras (veja quadro com os mais importantes acordos). Isto sem contar as pesquisas ilegais

de substâncias, a biopirataria.

"O descontrole sobre as pesquisas na Amazônia era previsível. Primeiro deveria ser criada lei regulando o acesso aos recursos genéticos e só depois autorizar as pesquisas", disse a senadora Marina Silva (PT-AC). Ela é autora de projeto sobre o tema que tramita

há cinco anos no Congresso.

Na semana passada, depois da divulgação do contrato da Novartis, a Câmara instituiu uma comissão para apressar a votação da lei. Enquanto isso, a comissão interministerial criará um código de conduta para reger os contratos.

Existe forte expectativa sobre o

potencial das pesquisas farmacológicas na Amazônia. Isso porque estima-se que até 20% das espécies vegetais do planeta estejam na região. Conheça-se o potencial de apenas 1% delas.

Cura no meio da selva

"Isso não significa, necessariamente, que se vai achar a cura para o vírus HIV no meio da selva, mas é provável que se descubram princípios medicinais importantes", disse Isaias Raw, presidente da Fundação Butantan.

Contando apenas os acordos firmados, serão investidos em quatro anos mais de US\$ 10 milhões em pesquisas. Este valor deve aumentar. A Bioamazônia afirma estar negociando outros quatro contratos. A Extracta diz ter seis parcerias programadas.

A falta de regras gerou também paranóia sobre a biopirataria na Amazônia. Pesquisadores de entidades respeitadas, como o Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia), de Manaus, e o Museu Emílio Goeldi, de Belém, já foram investigados por biopirataria. Não surgiram provas.

O último caso ocorreu em março deste ano, quando fiscais do Ibama apreenderam remessa ilegal de formigas para a Flórida de dois pesquisadores da Instituição Instituto Smithsonian (EUA), que trabalhavam em convênio com o Inpa e a USP. Eles foram autuados pela Polícia Federal.

Glaxo uniu-se a cientistas da UFRJ

ANDRÉA DE LIMA

DA AGÊNCIA FOLHA

Feito sem nenhuma participação e fiscalização do governo brasileiro, o acordo de bioprospecção estabelecido entre a Extracta e a indústria farmacêutica britânica Glaxo Wellcome é o mais ambicioso do continente.

Ele prevê investimentos de US\$ 3,2 milhões por um prazo de 30 meses, envolve três vezes mais substâncias que o acordo da Novartis e tem uma das maiores taxas de royalties do mercado.

O diretor para a América Latina da Glaxo Wellcome, Jorge Raimundo, disse que o produto, a descoberta e a patente são da Extracta. "Teremos o direito exclusivo de comercializar por 20 anos e vou pagar o mínimo de 3,5% de royalties de venda para a Extracta", afirmou Raimundo. A taxa média de royalties varia entre 1% e 2% das vendas líquidas.

Para ele, os US\$ 3,2 milhões de investimentos iniciais "não são nada" em relação aos US\$ 2 bilhões gastos anualmente em pesquisa pela Glaxo.

Segundo o diretor-geral da Extracta, Antonio Paes de Carvalho, a maior qualidade do seu acordo é a garantia de não-exportação da

biodiversidade brasileira.

"A Glaxo terá acesso ao nosso banco de dados, mas o controle é nosso. Através de parceiros em universidades, coletamos e classificamos materiais. Depois, realizamos um estudo de DNA e só aí o material passa a compor nosso Banco de Biodiversidade Química, no Rio", afirmou Carvalho.

Quando realizou o acordo com a Glaxo no ano passado, 49% das ações da Extracta pertenciam a um grupo estrangeiro, a Xenova Discovery, que atua na área de descoberta de novas drogas.

Como não existe lei sobre acesso às reservas genéticas, não há empecilho à participação estrangeira em centros de bioprospecção sediados no Brasil.

Segundo Carvalho, hoje a Xenova tem 10% das ações. O restante é de um fundo de cientistas, ligados majoritariamente à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

"A participação da Xenova foi diluída porque eles começaram a andar mal nos negócios", disse Carvalho.

Na prática, a Extracta virou uma concorrente da Bioamazônia. Três semanas antes de assinar o contrato com a Bioamazônia, a Novartis foi procurada por representantes da Extracta.

Documentação

OCIOAMBIENTAL

Fonte: FSP

Data: 19/6/2000 Pg. A16

Class.: 112

Acordo da Novartis será alterado

DA REPORTAGEM LOCAL E

DA AGÊNCIA FOLHA

O acordo entre a organização Bioamazônia e a multinacional Novartis Pharma será modificado, segundo apurou a Folha.

As pressões do Ministério do Meio Ambiente, as ações na Justiça e, principalmente, a repercussão negativa vão influir na revisão do contrato até o fim de julho.

O governo federal já deu sinais de que quer manter o contrato com a Novartis. Teme que um cancelamento do acordo possa interferir em futuros acordos de pesquisa genética na Amazônia.

Não devem ocorrer mudanças nos valores. Serão investidos US\$ 4 milhões em três anos, mais 1% de royalties nas vendas de remédios feitos com princípios de bactérias e fungos da Amazônia.

"Estamos aguardando uma posição oficial do governo federal e continuamos dispostos a fazer um contrato", declarou Otto Kneubuehler, diretor-presidente da Novartis brasileira.

A alteração mais disputada, no

entanto, diz respeito a quem terá o direito de negociar os próximos contratos. A direção da Bioamazônia encomendou pareceres jurídicos assegurando seu poder de realizar parcerias como a da Novartis. O Ministério do Meio Ambiente quer ter a palavra final.

"A reserva genética da floresta amazônica será explorada. Temos o poder de fazer acordos nesse sentido e vamos exercê-lo", disse Wanderley Messias da Costa, diretor-geral da Bioamazônia.

É uma ironia. A Bioamazônia foi criada pelo governo federal exatamente para controlar os contratos de pesquisa genética.

A Bioamazônia recebeu neste ano R\$ 1,5 milhão em verbas públicas, mas funciona como uma entidade independente.

A disputa é também uma questão política. A Bioamazônia foi idealizada e é presidida pelo físico José Seixas Lourenço, ex-secretário de Coordenação da Amazônia, indicado pelo vice-presidente Marco Maciel (PFL-PE). Hoje o ministro do Meio Ambiente é José Sarney Filho (PFL-MA).